

Patrimônio, identidade social e política: a luta de classe em Volta Redonda através do Memorial 9 de novembro

Karoline Guimarães

Graduada (2016-2022) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no curso de Licenciatura em Belas Artes e mestranda do Programa de Pós-Graduação de Patrimônio, Cultura e Sociedade PPGPACS/ (2022-), onde desenvolve pesquisa no campo da Memória Política Social e Patrimonial. karoline.santana02@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho visa abordar a relação da cidade de Volta Redonda (RJ) e sua história política através do Memorial 9 de novembro, que surge como consequência da paralisação de 1988 conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. A partir de pesquisas bibliográficas é proposto um recorte temporal que passa brevemente pela história da fundação da cidade, fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, finalmente, a Greve Geral dos Trabalhadores (1988), trazendo reflexões que contribuam para a preservação do nosso objeto de estudo, tido como Lugar de Memória não somente para a classe trabalhadora, mas para toda a comunidade voltaredondense.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Memória; Volta Redonda; Preservação; Lutas de classe.

Resumem

El presente trabajo tiene como objetivo abordar la relación entre la ciudad de Volta Redonda (RJ) y su historia política a través del Memorial 9 de noviembre. El monumento surge a raíz de la huelga de 1988 llevada a cabo por el Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda. Con base en la investigación bibliográfica, se propone un corte temporal, pasando brevemente por la historia de la fundación de la ciudad, desplegando, así, la fundación de la Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) hasta la Huelga General de Trabajadores (1988), trayendo reflexiones que contribuyan a la preservación de nuestro objeto de estudio, considerado como un Lugar de Memoria, no sólo para la clase trabajadora, sino para toda la comunidad de Volta Redonda.

Palabras llave: Patrimonio cultural; Memoria; Volta redonda; Preservación; Luchas de clases.

Abstract

This article aims to address the relationship between the city of Volta Redonda (RJ) and its political history through the Memorial 9 de Novembro monument, which arises

as a result of the 1988 strike carried out by the Metallurgists Union of Volta Redonda. Based on bibliographical research, a temporal cut is proposed, which passes briefly through the history of the foundation of the city, the foundation of Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and, finally, the General Strike of Workers (1988), bringing reflections that contribute for the preservation of our object of study, considered a memory space not only by the working class, but also the entire community of Volta Redonda.

Keywords: Cultural heritage; Memory; Volta Redonda; Preservation; Class struggles.

Introdução

O interesse para o desenvolvimento desta pesquisa nasceu do entrelaçamento de vivências pessoais na cidade de Volta Redonda (RJ) com estudos na área de Artes e Patrimônio, os quais viabilizaram a pesquisa de um período de grande relevância na construção da história da cidade. O assunto abordado nesta pesquisa será a história política da cidade e o contexto de origem do patrimônio cultural regional “Memorial 9 de novembro” – ainda com poucas ou nenhuma abordagem em pesquisas/textos e documentos – enquanto espaço de memória e resistência para Volta Redonda.

A noção de patrimônio cultural compreende um eixo importante de análise de práticas sociais, reunindo noções de representação social, memória coletiva, identidade, nacionalismo e/ou regionalismo e globalização, com questões técnicas de importância histórica e política pública. A noção que temos atualmente de patrimônio cultural consiste em um conjunto de elementos que engloba bens de naturezas diversas – materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, públicos ou privados – os quais são de interesse de toda a sociedade. Desta forma, podemos utilizar o conceito descrito por Rodrigues (2012, p. 4) que define patrimônio cultural como:

Conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. [...] é o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo.

Assim, podemos entender o patrimônio como um conceito de maior abrangência, servindo ao propósito de nos fazer recordar fatos importantes e estando intrinsecamente ligado à memória, esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos significativos do passado. É importante levar em consideração que um bem pode ser compreendido por variados pontos de vista em diferentes culturas e grupos. Deste modo, a utilização da palavra patrimônio não se limita somente a bens materiais, podendo também estar relacionada a múltiplos elementos e eventos.

Erguido em memória aos três trabalhadores assassinados na greve ocorrida na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988, durante a entrada do exército nos

setores da usina ocupados pelos grevistas, o memorial representa valores e visões de mundos sociais distintos, apresentados em diferentes perspectivas e representações artísticas que homenageiam de forma geral os trabalhadores metalúrgicos. Ao erigir patrimônios públicos de exaltação à imagem do trabalhador – muitas vezes construídos a partir de uma imagem romantizada – as entidades públicas nos mostram a diferença entre o que deve ser lembrado e prestigiado e o que deve ser esquecido e ocultado, oficializando uma narrativa sobre a história de um determinado grupo social.

A memória é um dos aspectos mais importantes aqui, uma vez que a preservação do patrimônio histórico e artístico é um modo de reconhecê-la e de registrar o que foi vivido. Por meio de inúmeros aspectos da identidade contemporânea, a memória vem sendo um importante meio para a construção social e também local. A identidade se manifesta em um sujeito a partir de diferentes perspectivas, baseadas em ideologias políticas e experiências históricas vivenciadas em sociedade, muitas vezes, manifestadas em representações simbólicas através dos patrimônios culturais.

Volta Redonda, CSN e o sonho brasileiro de progresso

A cidade de Volta Redonda está localizada entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, local que em suas origens, por volta de 1700, era habitado por tribos indígenas Puris, Coroados e Araris, que viviam às margens do rio Paraíba. Os primeiros traços de colonização se deram nesta região através dos bandeirantes, homens que exploravam matas e sertões brasileiros em busca de ouro, prata e pedras preciosas, que atravessavam a região para encurtar o caminho até Minas Gerais. Por volta de 1727, os nativos depararam-se com chegada dos jesuítas que cruzaram a Serra do Mar almejando a colonização do Médio Vale do Paraíba.

Os jesuítas chegaram demarcando as terras de sua fazenda, que recebeu o nome de Baixada de Santa Cruz, e deram início à colonização da área ao redor. No ano seguinte, 1728, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vaia Monteiros, determinou a abertura da estrada que ligaria Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de facilitar a comunicação entre as então províncias. Essa estrada resultou na separação das terras entre as Serras, chamada de Sertão Bravo, que teve seu lado oposto a Serra do Mar denominado de Vale Médio do Paraíba. Tal evento marcou o início da marcha da colonização na região.

A origem do nome Volta Redonda, porém, data de 1744 quando teve início o povoado de Campo Alegre da Paraíba Nova, cujas terras eram exploradas por garimpeiros e caçadores. Esses garimpeiros tomaram conhecimento do acidente geográfico da curva do Rio Paraíba, e a chamaram de Volta Redonda. Foi em 1764 que surgiu a primeira fazenda em Volta Redonda, construída por José Alberto Monteiro, quando recebeu as terras do vice-rei. Esta fazenda ficou conhecida como Fazenda Santa Cecília, e atualmente encontra-se tombada pelo Município e abriga o Zoológico Municipal de Volta Redonda. A partir deste momento, grandes fazendas se instalaram na região, dando início ao ciclo do café e a uma intensa movimentação.

Estas fazendas receberam o nome de Três Poços, Santa Cecília, Retiro, Santa Rita e Belmonte, nomes que permanecem até hoje em bairros da cidade. No ano de 1860,

visando aumentar o comércio com os povoados vizinhos, os fazendeiros pleitearam a construção de uma linha ferroviária. A construção de uma linha ferroviária implicou na instalação de uma ponte sobre o Rio Paraíba, a qual facilitava a comunicação com a estação. Foi nesta fase em que teve início o período de navegação pelo Rio Paraíba do Sul, pelo qual trafegaram cerca de 40 embarcações entre 1860 e 1870, algumas com capacidade para até 10 toneladas de carga.

A estação ferroviária foi inaugurada em 1871, com a agência dos correios, contando inclusive com a presença da Princesa Isabel. Até este momento, Volta Redonda era apenas um povoado que pertencia à Barra Mansa, e despertou para sua independência em pequenos movimentos populares que permearam os anos de 1874 a 1895. O primeiro movimento popular foi marcado pela insatisfação do povo que alegava ter dificuldades para frequentar a Igreja, uma vez que está se localizava em Barra Mansa. Unidos, os cidadãos requereram por diversas vezes a criação de uma freguesia, porém esse pedido só foi atendido no ano seguinte, 1875.

Em 26 de dezembro de 1890, os cidadãos conseguiram a instituição do Distrito de Paz de Volta Redonda¹, o qual, constituído das maiores fazendas da região, somou força ao movimento separatista. Ocorreu que essas fazendas eram grandes geradoras de lucro e por este motivo o distrito de Barra Mansa negava-se a conceder a independência à Volta Redonda, impondo exigências e condições como a construção de uma Delegacia de Polícia e um cemitério público. O povo de Volta Redonda, com o apoio dos grandes fazendeiros, construiu a delegacia em 1893 e em 1895 foi construído o cemitério, conforme as exigências de Barra Mansa. Apesar de todos os esforços, Volta Redonda foi transformada em 8º distrito de Barra Mansa no ano de 1926, não alcançando sua independência.

O ano de 1900 marca a virada do século e contínuo crescimento e desenvolvimento da cidade de Volta Redonda. Com a linha ferroviária os produtos, como leite, queijos e engradados, eram comercializados, fazendo com que as fazendas continuassem a prosperar e com que a economia local não parasse de funcionar. O ciclo do café havia acabado há algum tempo, o forte da economia local tornou-se o gado leiteiro, mas em 1901, um homem chamado Doutor José Rodrigues Peixoto, construiu um Engenho de açúcar e aguardente e que também contribuiu para o comércio local. Deste Engenho, sobrou apenas uma chaminé, que permanece até agora, bem como as fazendas, que por valor histórico, foram tombadas pela Prefeitura Municipal.

Nos próximos anos, outros avanços ocorrem, como: a edição de um almanaque enciclopédico que passou a circular; a instalação de um sistema de circulação de água potável, a iluminação elétrica nas ruas no ano de 1922; a instalação da Fábrica de Produtos Cerâmicos, demolida para dar lugar à expansão do bairro Aterrado; a fundação do Volta Redonda Futebol Clube em 1926; e em 1931 a inauguração do serviço de telefonia.

Volta Redonda foi escolhida como local para instalação da CSN, em 30 de janeiro de 1941, dando início ao ciclo de industrialização do distrito e ditando as bases para a industrialização nacional. A escolha do distrito como local ideal para a instalação da

¹ Distrito de Paz é a quarta divisão territorial no Brasil, sendo a primeira a União, segunda o Estado e a terceira o Município. Resumidamente, é uma subdivisão territorial do município e poderá ter vários distritos.

usina foi fundamentalmente motivada por sua localização geográfica, localizada Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, está próxima dos fornecedores do minério de ferro, dos principais mercados e é região de fácil acesso.

Considerando o processo brasileiro de industrialização, dos anos 1930 aos anos 1970, no que concerne à perspectiva de conformação e alteração de modelos de desenvolvimento econômico, podemos destacar como importante marco dessa trajetória, presente em diversas correntes interpretativas, os anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Os anos JK foram marcados pela instalação da indústria pesada (tarefa herdada do segundo governo Vargas) e ampliação de mercados internos devido à intensa urbanização.

Dentre os objetivos globais do Plano de Metas é possível destacar os projetos das usinas elétricas, da indústria da construção naval, automobilística, de mecânica e material elétrico pesado, as quais constituiriam fundamentalmente os setores de bens intermediários, de capital e de consumo durável que ampliariam a autonomia nacional de reprodução da acumulação de capital, complementando e modernizando a estrutura produtiva industrial (CANO, 2004).

A construção da CSN iniciou-se em 1942, e com ela surgiram os bairros do distrito. Planejados e urbanizados, os bairros eram habitados pelos trabalhadores da empresa vindos de várias partes do país, principalmente da região Nordeste e de Minas Gerais. A industrialização do distrito de Volta Redonda colaborou com o processo de urbanização. Novos moradores se estabeleciam no local a trabalho. Com o crescimento e desenvolvimento distrital, os moradores locais passaram a ter interesse pela emancipação, motivados, principalmente, pelo descaso de Barra Mansa com o distrito.

Motivados pela liberdade político-administrativa, um movimento se inicia em 1950, liderado por Lucas Evangelista de Oliveira Franco, funcionário público, que resgata os ideais de liberdade e organiza reuniões para promover ações em busca da emancipação. No ano seguinte, após uma proposta de votação para decisão de emancipar a cidade, os votos foram apurados, marcando apenas 24 contra a emancipação e 2.809 a favor. Desta maneira, em 17 de julho de 1954, com a Lei 2.185/54, Volta Redonda rompeu com o município-sede, determinou eleições para prefeito e vereadores, vislumbrando o início de um novo ciclo em sua história.

Após a emancipação da cidade e o início do funcionamento fabril em 1946, temos uma empresa estatal cuja construção teve por base um projeto “modernizador” e “civilizatório” que pretendia produzir aço e “um novo tipo de trabalhador”, ou seja, o projeto de sua cidade moderna e industrial e da constituição da siderurgia pesada trazia embutida a proposta de construção de um trabalhador dócil e produtivo. Assim, desde os tempos iniciais de sua implantação, seus gestores sempre almejavam a construção do que Regina Morel (1989) conceituou como “família siderúrgica”.

Entre a década de 1950 e início da década de 1960, em especial, o movimento sindical local ganharia grande relevância como canal das reivindicações dos trabalhadores da região. Seria exatamente naquele momento, em que a mística em torno da usina estatal e de sua importância enquanto principal siderúrgica nacional é reapropriada de forma mais ostensiva na luta e defesa de direitos, que teriam iniciado importantes

transformações na gestão da fábrica, as quais teriam reflexos internos e externos a ela. O redirecionamento do processo de industrialização brasileira em curso naqueles anos teve reflexos marcantes sobre o setor de siderurgia, assim como sobre as empresas estatais.

No ano de 1964 ocorreu o Golpe Militar que instalou a ditadura militar em todo o país. Durante o período de sua duração, de 1964 a 1984, Volta Redonda foi considerada Área de segurança nacional, uma vez que sua localização era favorável à economia e também próxima à Academia Militar das Agulhas Negras. A formação da CSN, mesmo com sua tentativa de “domesticar” o trabalhador, possuía uma forte atuação sindicalista, o que favorecia um regime democrático e ameaçava a autoridade da ditadura. Em 1964, logo após o golpe civil-militar, ocorre a primeira greve operária da empresa. Este momento pode ser resumido nas palavras da autora Alejandra Estevez:

Sendo a cidade invadida por tanques do Exército, o Sindicato dos Metalúrgicos invadido e muitos de seus dirigentes presos e torturados, expulsos da CSN, tendo sua documentação apreendida. A partir desse momento assiste-se um esvaziamento do movimento sindical uma vez que atores ligados ao novo regime assumem a direção do sindicato. O sindicalismo perde então seu papel de amortecedor das lutas sociais. Vale lembrar que Volta Redonda, nesse período, torna-se área de segurança nacional, o que dificulta ainda mais a mobilização e articulação do movimento sindical. (ESTEVEZ, 2011, p. 4 e 5)

Volta Redonda permaneceu como Área de Segurança Nacional até 15 de novembro de 1985, quando foram restabelecidas as eleições diretas para prefeito. Durante todo o período da Ditadura, Volta Redonda foi motivo de atenção do regime, sofrendo forte repressão, que se compara à dos grandes centros. Porém, os relatos dos acontecimentos são escassos, orais e recolhidos da memória daqueles que viveram. Para resgatar essa história foi criada no ano 2013 a Comissão Municipal da Memória e da Verdade (CMV/VR), cujo objetivo é investigar e fomentar o debate público sobre as graves violações de direitos humanos e trabalhistas ocorridos no período da ditadura.

Do fogo ao aço: A movimentação operária na cidade cinza do Sul Fluminense

Nos anos 1950, a CSN enfrentou uma crise causada pela alteração no sistema cambial e pela perda das isenções tributárias das quais usufruía. A partir desse momento, o papel desempenhado pela siderúrgica na expansão da produção brasileira passou por mudanças em sua estrutura organizacional, bem como em aspectos da gestão de sua força de trabalho que objetivavam tornar mais alta possível a relação de matéria-prima/trabalho por ano. Por outro lado, as transformações pelas quais passariam a esfera urbana, ao redor daquela indústria, tencionavam o controle por ela exercido no espaço para além da fábrica e corroboravam no sentido da diminuição deste. Se a urbanização da região, que até 1954 era um distrito do Município de Barra Mansa, havia ocorrido inicialmente em função da empresa, ao longo dos anos 1950, os interesses e disputas

entre diferentes grupos sociais em surgimento fizeram com que o monopólio da usina sobre o espaço urbano fosse quebrado.

Morel (1989) ressaltou a existência da necessidade de fixação dos trabalhadores da usina em Volta Redonda. Desde os primeiros anos houve uma grande preocupação com a fixação da mão de obra. De 1941 a 1946, período de sua construção, a autora demonstrou como o controle sobre a abstinência do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores foi realizado através de uma relação militarizada, com maior uso de mecanismos coercitivos.

A metalúrgica possuía sua própria guarda, criada em 1942, constituída por 22 homens, que atuavam no plano interno e externo da usina. Havia prisões por “mau comportamento” e uso da violência com a intenção de garantir um constante estado de mobilização, o que atribuía ao emprego um caráter de “trabalho compulsório”. Porém, após esse primeiro momento, a relação militarizada decresceu, sendo que muitos dos trabalhadores envolvidos na construção da empresa iriam compor o sindicato, e nesse momento se torna ascendente a preocupação com a organização da “família siderúrgica” e sua proposta de assegurar um controle interno e externo à fábrica sobre os trabalhadores, no entanto, com menor uso de coerção aberta.

Entre a década de 1960 e 1970, surge o que se articulou designar como “novo sindicalismo”, resultante das manifestações diversas de movimentos sociais e da organização da luta operária durante 1978. “Atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se apercebem de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado, no entanto, era difícil de ser imediatamente captado” (SADER: 1988, p.26). Assim, temos à constituição de um “novo” pensamento político brasileiro, que percebia a necessidade de homogeneização das classes populares mediante uma ação estatal para a formação de uma nação e a criação de um genuíno espaço público de participação (SADER e PAOLI, 1986).

Segundo as visões conservadoras, esse espaço de criação levaria necessariamente à proletarianização e formação de uma identidade social e política de classe. Segundo a esquerda, algumas possibilidades sobre esse processo de modernização, orquestrado pelo Estado, pareciam impossíveis devido aos constantes fluxos migratórios e permanente tendência à heterogeneidade dos trabalhadores, o que dificultaria os processos de identificação de classe.

Desta maneira, durante os anos de 1970 e 1980, revelaram-se estudos que reforçavam a preocupação com a percepção da construção de um espaço autônomo de atuação política por parte dos trabalhadores, ao longo de sua história, assim como combatiam as definições econômicas na concepção de classe social, segundo as quais o lugar ocupado na estrutura social se refletiria em uma esfera política e cultural.

O pacto industrialista, ideológico e nacionalista que surgiu com a construção da cidade do aço, tinha como interesse particular o favorecimento da classe burguesa e do capital monopolista. Nesse sentido, o avanço da cidade foi marcado por uma ideia universalista em emancipação econômica nacional através da indústria de base siderúrgica.

A CSN constituiu-se como patrimônio da nação brasileira, estratégia hegemônica do pacto industrialista nacional, e essa ideologia exerceu forte determinação na luta

de classes em Volta Redonda, condicionando as estratégias, concepções e escolhas do movimento operário sob direção de suas diversas tradições. Para entendermos o processo de formação da classe operária de Volta Redonda, é preciso considerar a dinâmica realmente existente da luta de classes a partir das diversas tradições daquele movimento operário e de suas experiências coletivas acerca da “nova configuração da classe trabalhadora” no final da década de 1970 e início da década de 1980.

As dinâmicas estabelecidas na luta de classes podem ser compreendidas como traços distintivos da vida operária não se apoiando exclusivamente no processo ou mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores. Devido à forte ligação entre a usina e questões do espaço urbano, surge uma intensa movimentação nos anos 1970, instigada pela necessidade de melhores condições de vida e de trabalho, conhecida como a Greve dos “Peões”.

As condições de vida e trabalho dos trabalhadores (operários da CSN ou não) a partir da década de 1970 nos levaram a considerar como estas experiências foram elaboradas no plano identitário individual e coletivo de Volta Redonda, com a atuação de organizações políticas em um contexto histórico específico, de forma a possibilitar as ações ainda mais ativas por parte do sindicato durante a década de 1980 (BEDÊ, 2007).

A greve dos trabalhadores da CSN realizada em novembro de 1988 na cidade de Volta Redonda, pode ser considerada um importante marco das lutas realizadas pelos trabalhadores locais e nacionalmente no contexto do processo de redemocratização. O ano de 1988 marca a história política do país como o ano da promulgação de uma nova Constituição Federal, quando, em 5 de outubro, a classe trabalhadora recebe os resultados das lutas empreendidas por mais de uma década.

Dispondo como principais reivindicações a cobrança de reajustes salariais com base no índice de inflação divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), jornada de trabalho de 40 horas de trabalho semanais, através da efetivação de uma conquista presente no Art. 7º da Constituição Federal (o turno de 6 horas), readmissão dos demitidos, pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) do plano Bresser, instauração de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), divulgação do sistema de cargos e salários da empresa, além de pressionar por mudanças no perfil autoritário da gestão da empresa e o fim da perseguição à atividade sindical.

A greve se iniciou no dia 7 de novembro e em menos de 48 horas cerca de 2 mil soldados se posicionaram em torno da fábrica, ocupada por um grande número de trabalhadores. Na madrugada do dia nove estes operários permaneceram sob a mira dos canhões do Exército e neste mesmo dia uma operação militar de invasão à usina foi deflagrada.

No dia 9 de novembro, o Exército e a Polícia Militar (PM) tutelados pelo governo de José Sarney, começaram a dispersar a população no bairro Vila Santa Cecília, invadindo a empresa para retomá-la. Em meio à ação militar, três operários foram mortos pelas forças de segurança: Carlos Augusto Barroso (19 anos), William Freitas Monteiro (22 anos) e Walmir Fernandes Leite (27 anos). Em relatos reunidos pela Comissão da Verdade de Volta Redonda (CMV/VR), o então advogado trabalhista que estava à

frente da direção de base do sindicato na época, Vanderlei Barcelos, contou que além dos mortos, cerca de cem feridos completou o saldo da operação militar contra os grevistas.

Após o ocorrido, os grevistas radicalizaram o movimento, decidindo por mantê-lo até o dia 20. Representantes do governo Sarney e do movimento grevista se reuniram sem muito êxito em traçar um acordo, o que levou o então ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, a ameaçar o fechamento da empresa.

Em tempos de mobilização fora da fábrica, as manifestações contavam com a participação de associações de moradores e da Frente Popular e Sindical de Volta Redonda, a qual unia os seguimentos organizados da cidade. No dia 23 de novembro uma nova assembleia é realizada e os operários decidem pelo fim da greve, após o esgotamento do movimento e da repercussão internacional que ele havia atingido devido à intervenção do Exército.

O período que vai do dia 10 ao término da greve, dia 23 de novembro, é marcado pelo enterro dos operários assassinados, por grandes passeatas até o cemitério, celebrações religiosas presididas pela ala progressista da Igreja Católica local com a presença do bispo emérito Dom Waldir Calheiros e pelo engajamento de outras entidades em defesa dos trabalhadores.

Após a conquista de parte das reivindicações, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e líder grevista Juarez Antunes foi eleito prefeito de Volta Redonda. A greve teve repercussão nacional, sendo os mortos homenageados por sindicatos e militantes de esquerda em todo o país. É apontada como um dos fatores que impulsionaram a eleição de políticos de esquerda ligados ao movimento sindical.

O patrimônio e a cidade: O Memorial 9 de novembro como símbolo das lutas sindicais

Durante os 51 dias de governo de Juarez Antunes frente à Prefeitura de Volta Redonda, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPU), foi encarregado de elaborar um projeto paisagístico para a antiga Praça General Edmundo Macedo Soares, localizada em frente passagem superior que é a entrada principal da CSN, com propósito de receber o projeto arquitetônico do Memorial 9 de novembro. A construção do Monumento foi assumida pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, ao custo de 69 mil cruzados novos, convertidos atualmente para 7 mil reais segundo o cálculo do Banco Central.

Segundo alguns depoimentos presentes na CMV/VR, o pedido e as gestões junto ao arquiteto Oscar Niemeyer, para elaboração do projeto, foram feitos por Jesse Jane, uma das militantes presas ao longo da greve. A praça onde foi instalado o monumento foi rebatizada com o nome do prefeito sindicalista, em substituição ao nome de Edmundo de Macedo Soares, militar e engenheiro responsável pela instalação da CSN, nos anos 1940. Juarez Antunes havia falecido em fevereiro de 1989, dois meses após sua posse, num acidente de carro em circunstâncias até hoje não esclarecidas, causando grande comoção e indignação no meio operário.

Em 1º de maio de 1989 foi inaugurado o Memorial 9 de novembro. O evento de

inauguração do Memorial contou com a presença de milhares de pessoas. Naquele Primeiro de Maio, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) definiu que Volta Redonda seria o epicentro das mobilizações e manifestações sindicais. Além de milhares de ativistas de todo o país, o evento contou com a presença de figuras importantes do sindicalismo e da política nacional, como o então presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, e de Luís Carlos Prestes, histórico líder comunista.

O Memorial 9 de novembro foi projetado por Oscar Niemeyer – que já havia projetado, a pedido do grupo Tortura Nunca Mais, um Monumento Contra a Tortura, construído em 1989, no largo da Praça do Passeio, na cidade do Rio de Janeiro – em homenagem aos três trabalhadores mortos na greve de 1988.

Em entrevista para repórter Eva Spitz, do *Jornal do Brasil* (1989), presente no relatório da CMV/VR, Niemeyer faz uma declaração referente ao pedido feito pelo sindicato para projeção do projeto do Memorial:

Foi com o maior empenho que recebi do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda a incumbência de projetar esse monumento. Como ocorreu ao desenhar o monumento contra a tortura, procurei caracterizá-lo pela violência. Violência que durante anos pesou sobre o nosso país e, agora, se repetia com a morte de três bravos trabalhadores, naquele revoltante episódio de 9 de novembro de 1988. (CALHEIROS, 2013-2015, p. 551-552).

O projeto urbanístico do monumento desenhado por Niemeyer foi realizado sob a responsabilidade da arquiteta Cláudia Virgínia Cabral de Souza, presidenta do IPPU, e sua equipe de arquitetos, Guilherme Abreu Toledo e Silvana Sobral Pinto Dias.

O monumento feito em concreto, medindo 2,50 metros de altura, possui uma placa também em concreto de 3 metros de altura onde se encontram gravados a silhueta de três corpos em baixo-relevo, também na vertical, sendo esta placa transpassada por uma lança de concreto de 6,76 metros no ponto central da estrutura, onde um triângulo vermelho sugeria sangue. O monumento ficou sobre um espelho d'água, refletindo seus contornos. Abaixo dos corpos, uma faixa vermelha sinuosa foi exibida. O arquiteto pediu ainda que se colocasse a seguinte frase em uma placa: “Um monumento àqueles que lutam pela Justiça e pela Igualdade” (CALHEIROS, 2013-2015, p. 553-554).

No dia seguinte à inauguração, por volta das três horas da manhã, o local foi parcialmente destruído por um atentado à bomba. Com a explosão, o memorial, composto por um bloco de concreto, tombou para frente, ficando preso apenas pelos vergalhões.

Anos mais tarde, o ex-capitão do Exército Dalton Roberto de Melo denunciou o general Álvaro de Souza Pinheiro como mandante do atentado ao monumento. Segundo o ex-capitão Dalton, o Exército considerou o Monumento uma afronta contra os militares e que a população estaria criando mártires do movimento sindical. “A destruição do Monumento foi obra de uma missão de um comando do Batalhão das Forças Especiais”, afirma o documento, com 589 páginas. Pinheiro, assim como os responsáveis pela ação militar contra os grevistas, jamais foram punidos.

A CMV/VR concluiu que dois bicheiros cariocas forneceram três explosivos para

realizar o atentado no Memorial, desviados das pedreiras e transferidas para o paiol do Batalhão da Força. A investigação do atentado é o último caso entre os 14 escolhidos pela comissão para serem investigados. O relatório, que durou dois anos para ser finalizado, afirma categoricamente que: “Os explosivos eram dinamites de pedra, obtidas por bicheiros do Rio (Castor de Andrade) e da Baixada Fluminense (Anízio Abraão), pois havia uma aliança com as Forças Especiais dos Exércitos e a Polícia Federal para combater as quadrilhas e organizações de traficantes que ameaçavam a supremacia dos bicheiros”, afirma o documento, que teve como coordenador de pesquisa o historiador Edgar Bedê. (CALHEIROS, 2013-2015, p. 564-565).

A reconstrução do monumento foi de responsabilidade do Sindicato, tarefa assumida por Luiz de Oliveira Rodrigues e Albano, pois nenhuma construtora na região se propôs a se associar a uma obra da esquerda política, alegando receber ameaças anônimas. O monumento foi reerguido com o financiamento de bônus e doações da população. Um grupo com em média 700 pessoas foram se revezando no trabalho entre os dias 8 e 12 de junho de 1989. Luiz Rodrigues e Albano – militantes do sindicato dos trabalhadores, juntos ao um grupo de metalúrgicos ativistas e voluntários, com conhecimento de construção civil, alugaram dois guindastes para reerguer e restaurar o Memorial de 18 toneladas de concreto armado.

Niemeyer foi convidado a projetar a reconstrução do monumento destruído, porém, ao invés da restauração do monumento, o arquiteto propôs que a obra fosse mantida tal como estava, em memória de mais um ato de autoritarismo e repressão do Estado. Assim, a pedido do próprio Niemeyer a obra foi reerguida, mantendo parte de sua destruição, como forma de demonstrar a todos que a arte e a democracia podem parecer frágeis, mas são resistentes e talvez eternas. Complementando a placa inicial destruída no atentado, o arquiteto pediu que a seguinte frase fosse acrescentada ao memorial: “Nada, nem a bomba que destruiu este monumento, poderá deter os que lutam pela justiça e liberdade” (NIEMEYER, 1998, p. 209-2010).

Desta forma, o memorial foi reinaugurado em 12 de junho de 1989. A lança que atravessava o meio do monumento ficou rente ao chão, como queria o arquiteto. As marcas do Memorial marcam a segunda morte dos operários, como cita um trecho da CMV/VR:

A primeira morte foi real por violência bélica de tropas do Exército no dia 9 de novembro de 1988 contra os metalúrgicos na Usina da CSN. A segunda morte foi simbólica com a explosão terrorista do monumento no dia 2 de maio de 1989. (CALHEIROS, 2013-2015, p. 560).

Considerações finais

Pierre Nora, em seu texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* (1993), destaca que as sociedades de hoje, vivendo sob uma espécie de presente contínuo, estão em processo de ruptura com seu passado. Nora observa que as chamadas sociedades-memória, grupos que asseguravam a conservação e transmissão das tradições, como a

família, a Igreja, a escola ou o Estado, estão atualmente em crise devido ao fenômeno da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Desse modo, a curiosidade pelos lugares onde ela se cristaliza está ligada a um processo de ruptura com o passado. Existem lugares de memória como extensão de outros meios de memorização, visto que, conservar a nossa memória, é um dos motivos para lhe consagrar lugares.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. (NORA, 1993, p.70)

De acordo com Francisco das Chagas, o patrimônio foi incorporado à esfera pública e às humanidades “como forma social de afirmação política de comunidades variadas” (CHAGAS, 2015, p. 247).

Os “lugares de memória”², expressão cunhada por Nora (1993), tem em suas representações, materiais. O pesquisador Roberto Lobato Corrêa (2005), afirma que esses materiais não são apenas objetos estéticos, mas, de certa forma, intencionalmente dotados de sentido político. Como “representações materiais de eventos passados” eles carregam simbologias que vão além do concreto e armações metálicas de que são fabricados, e neles estão concentrados sentidos que comunicam interpretações da realidade, sob um ponto de vista temporal (CORRÊA, 2005, p. 10). Diferenças de classe e raciais, muitas vezes apresentadas unidas, geraram ao longo da história humana inúmeras oposições e conflitos. A segregação residencial é uma expressão social e espacial dessa oposição e, muitas vezes, base para conflitos. Os monumentos e sua localização dão visibilidade a essas oposições e conflitos, seja porque marcam posição de supremacia racial e/ou social, seja porque traduzem contestação por parte de um grupo face a um outro.

A localização de um monumento no espaço urbano tem um sentido político, suscitando debates sobre a relação do espaço e o monumento. O debate ganha força quando se trata de localizar monumentos de heróis que representam causas conflitantes, como Corrêa ressalta em sua obra através do autor Jonathan I. Leib (2002), que em seu estudo sobre o monumento em homenagem a Arthur Ashe em Richmond, Virginia, nos Estados Unidos, destaca um monumento dedicado a um negro, tenista renomado e defensor dos direitos civis construído pelo movimento negro, onde já havia uma escultura inaugurada do general Robert Lee, herói confederado da Guerra de Secessão. A inauguração da estátua de Ashe na mesma avenida onde se encontrava a estátua de Lee causou grandes manifestações para a retirada do monumento dedicado a um negro, por estar localizado próximo a um símbolo dos valores conservadores do Sul. O ocorrido acabou gerando um debate, sobre a interconexão entre práticas de

2 De acordo com Nora, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas ações não são naturais” (NORA, 1993, p.13)

afirmação ou contestação política sobre o diálogo estabelecido entre patrimônios e a cidade (LIEB, 2002 citado por CORRÊA, 2005, p. 12).

Percebe-se que Pierre Nora concebe que monumentos, arquivos, museus, festas, calendários, aniversários, ocupam uma posição epistêmica alinhada ao redor do princípio dos lugares de memória, tanto sítios materiais como práticas imateriais que de alguma forma permitiam operações são marcados pela vontade de memória, ou seja, por transformarem a operação da rememoração em algo fundamental, mas não natural.

Os lugares onde a memória se ancora, sejam de natureza topográfica (arquivos, bibliotecas e museus), monumentais (memoriais, cemitérios ou arquiteturas), simbólicos (comemorações, peregrinações ou aniversários), ou funcionais (manuais, testamentos ou autobiografias), são assim constituídos porque os instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo investem de uma aura simbólica. Estes lugares e práticas produziram um novo tipo de memória, seguindo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa. Em geral, a história se apega a acontecimentos assim como a memória se apega a lugares. Nessa relação, reforçando a ideia de Nora, os lugares onde a memória se cristaliza e se abriga está articulada com o que se deveria reter do passado para o futuro.

O Memorial 9 de novembro, possui um aspecto político que se consolida através de seus valores, devendo ser exercidos pela cidade de Volta Redonda, como princípios de cidadania, consciência de classe e da conquista de outros direitos sociais. Aqui, o patrimônio passaria a envolver diversas instituições, convocando inclusive a historiografia na reconstrução da memória social. Le Goff (1994) definiu a memória como um conjunto de funções psíquicas, pelas quais o indivíduo pode atualizar impressões e informações que ele considera como passadas. A memória também pode ser entendida como as reminiscências do passado que afloram no presente, no pensamento de cada indivíduo.

Atualmente, o monumento aos operários mortos permanece como um lugar de memória, enquanto fornece sentido simbólico à cidade, estabelecendo relações de pertencimentos em diversos níveis sociais – os grupos sociais querem que ele funcione como direito cultural, como aspecto de sua cidadania – protegendo-a do esquecimento e funcionando como documento historicamente construído.

Ainda que atualmente este monumento fique um pouco perdido em meio à correria de pessoas e edifícios construídos ao redor, a praça permanece viva para os movimentos sociais da região, que costumam fazer desse lugar palco de suas manifestações políticas, atualizando seus sentidos e produzindo novas experiências coletivas.

Referências

- BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda**. 2007. 336 f. (Doutorado em Educação). UFF, Niterói-RJ.
- CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais conseqüências econômicas. In: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964** (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004. 40 anos do Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, pp. 226-229.
- CALHEIROS, Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr. **Relatório Final**. 2013- 2015, Rio de Janeiro: Volta Redonda, pp. 161-209. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br> Acesso em: 25 de nov. 2022.
- CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de fev de 2005, vol. IX, núm. 183. Disponível:<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/21370> Acesso: 10 fev 2022.
- JÚNIOR, Francisco das Chagas F. S. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: Emergência e Transformação da 'Problemática dos Lugares'. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, Jan.- Abr. 2015.
- ESTEVEZ, Alejandra. Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011, pp. 1-18.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 25-33.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994, pp. 462-479.
- MOREL, R. L. de M. **A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. 1989. 506 f. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo.
- NIEMEYER, Oscar. **As Curvas do Tempo**. Memórias. Rio de Janeiro: Revan, 1998, 294p, pp. 209-210.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n° 10, p. 7-28, dez. 1993.
- RODRIGUES, Donizette. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, 2012.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 41-51.

Recebido em 26 de novembro de 2022 e aprovado para publicação em 18 de dezembro de 2022.